A Produção da Nulidade:
a polêmica com Josemar como sintoma da crise das esquerdas

O que proponho neste segundo texto, ao retomar a polêmica com Josemar, não é a continuidade de um embate episódico, nem a resposta imediata a provocações recentes, mas a organização de um debate que vem se constituindo ao longo do tempo e que pode ser localizado, com alguma precisão, em um momento específico de sua própria produção pública. Refiro-me ao vídeo publicado em 16 de março de 2024, intitulado como uma retomada de seu canal, no qual, por volta do quinto minuto, surge uma referência aparentemente lateral a "inconvenientes" que teriam quase levado à derrubada do seu canal. Essa menção, ainda que breve e deliberadamente não desenvolvida naquele momento, introduz um elemento de conflito sem explicitá-lo, mantendo em suspenso um acontecimento que, posteriormente, será mobilizado de forma mais direta.

Do meu ponto de vista, a questão à qual ele alude já havia sido resolvida no plano concreto. O próprio YouTube interveio e determinou a retirada de áudios privados de uma conversa que tivemos por WhatsApp, o que encerrou a situação no âmbito em que ela efetivamente se colocava. Não houve desdobramentos, nem necessidade de prolongamento do episódio. A ridícula carta com míseras assinaturas que circulou na ocasião não teve efeito algum... A vida seguiu seu curso, e não havia, naquele momento, qualquer interesse em transformar aquilo em objeto de exposição pública ou disputa continuada. O que se torna relevante, no entanto, é o modo como ele é reinscrito posteriormente no discurso. Ao retornar como referência difusa, sem explicitação, ele passa a operar como elemento de construção de uma narrativa na qual o conflito não aparece em sua materialidade concreta, mas como sugestão, como indício de algo que teria sido injustamente sofrido ou que exigiria algum tipo de reposicionamento. O fato de não ser desenvolvido naquele momento não reduz sua importância; ao contrário, o torna mais eficaz como recurso, pois permite que seja mobilizado de maneira flexível em outros contextos.

Não estamos falando apenas de uma divergência teórica ou de uma discordância sobre interpretações, mas da forma como certos acontecimentos são incorporados a uma narrativa que reorganiza o sentido do conflito. O que estava resolvido no plano objetivo reaparece como elemento ativo no plano simbólico, passando a compor uma estrutura discursiva que será desenvolvida ao longo do tempo. Retomar esse momento inicial é

fundamental porque ele permite compreender que a polêmica atual não surge de maneira abrupta, nem pode ser explicada apenas por intervenções recentes. Ela possui uma temporalidade própria, na qual certos elementos são introduzidos, suspensos e posteriormente reativados, adquirindo novos significados conforme o contexto em que são reinscritos. É nesse movimento que se constrói o terreno sobre o qual o debate passa a operar, e é a partir dele que se torna possível analisar, com maior rigor, a forma assumida pelas intervenções mais recentes.

No vídeo de 23 de fevereiro de 2026, Josemar constrói uma intervenção que se apresenta como reflexão crítica sobre o YouTube e as "esquerdas digitais", mas que, na prática, opera como reorganização de posições no interior desse campo. Ele inicia com uma longa justificativa sobre sua ausência de um ano, vinculando sua produção a um suposto rigor reflexivo que exigiria tempo, estabelecendo desde o início uma distinção entre sua fala (lenta, pensada, "responsável") e a produção corrente dos demais canais. Em seguida, muda o eixo para uma análise do YouTube enquanto plataforma, afirmando que há uma disputa por audiência e que os canais de esquerda competem entre si por atenção e hegemonia. Essa constatação, em si banal, é revestida de densidade teórica por meio da evocação da racionalidade instrumental e da crítica frankfurtiana, mas sem desdobramento concreto. A categoria aparece mais como atmosfera de autoridade do que como instrumento analítico aplicado a casos específicos. O ponto central da sua intervenção está na construção de uma oposição moral entre dois modos de produção audiovisual. De um lado, os canais que se organizariam segundo a lógica da monetização, da edição, profissionalização e do "apelo"; de outro, sua própria prática, caracterizada como improvisada, não editada, "freestyle", associada à autenticidade. A ausência de edição é elevada à condição de critério político, enquanto o trabalho técnico é insinuado como adaptação suspeita à lógica do capital. Esse movimento é acompanhado por uma encenação deliberada da espontaneidade. Ele insiste em mostrar erros técnicos, interrupções, ruídos, reafirmando constantemente o caráter improvisado de sua fala. No entanto, essa "precariedade" está inserida dentro de uma estética já consolidada do YouTube com enquadramento estável, iluminação pensada, microfone de estúdio, o que indica que a autenticidade não é ausência de forma, mas uma forma específica de construção.

Outro eixo importante do vídeo é a centralidade da explicação. Josemar dedica longos trechos a “explicar o óbvio”, o que é o YouTube, como funcionam os canais, como se produz conteúdo, produzindo uma hiperexplicação que, longe de ser apenas didática, estabelece uma assimetria entre quem explica e quem escuta. A palavra ocupa quase todo o espaço, antecipando objeções e enquadrando previamente o campo interpretativo, o que consolida uma posição de autoridade baseada na primazia da interpretação. Paralelamente, há uma dimensão moral explícita. Ele ironiza youtubers que pedem inscrição, ativação de sininho e apoio financeiro, contrapondo isso à sua própria condição de assalariado que “não precisa disso”. Esse contraste não é apresentado como diferença de condições materiais, mas como diferença de integridade, produzindo uma hierarquia entre quem depende de financiamento e quem possui salário estável. O vídeo também realiza uma reconstrução seletiva da memória do movimento estudantil da UFF, especialmente em torno de 2011. Nessa narrativa, Josemar ocupa o lugar do articulador político, enquanto outros agentes aparecem como auxiliares técnicos ou personagens secundários. A mediação audiovisual, embora reconhecida como eficaz, é rebaixada à condição de instrumento, e ao mesmo tempo tratada com suspeição, como se fosse responsável por fabricar protagonismo ou induzir narcisismo.

Por fim, o vídeo se articula em torno de um mecanismo recorrente de desqualificação indireta. Sem nomear explicitamente o interlocutor em diversos momentos, ele constrói uma figura implícita (o “youtuber profissional”, o “apelativo”, o “monetizado”, o “frustrado”) que funciona como contraponto negativo à sua própria posição. Quando essa figura é ativada de forma mais direta, a crítica deixa o plano das ideias e migra para o plano da motivação, sendo associada a ressentimento ou busca por reconhecimento. O resultado geral é uma intervenção que aparenta ser uma crítica às mediações digitais, mas que se organiza, na prática, como disputa por autoridade no interior do campo das esquerdas. A teoria é mobilizada como linguagem de legitimação, a forma audiovisual é moralizada e a crítica ao outro é frequentemente convertida em desqualificação de sua posição social, de seus meios de produção ou de suas motivações.

O vídeo publicado em 29 de março de 2026 se apresenta como um comunicado, mas aquilo que efetivamente se organiza não é a exposição de um problema, tampouco o desenvolvimento de uma análise ou o enfrentamento de uma divergência concreta, e sim a construção de uma presença sustentada pela promessa de uma fala futura que nunca se realiza naquele momento, o que faz com que o centro da intervenção deixe de ser o

conteúdo e passe a ser o próprio ato de anunciar que algo será dito. Josemar retorna mais uma vez a um circuito em que sua própria figura ocupa o núcleo da narrativa, retomando o percurso pessoal, enfatizando o processo de elaboração, mencionando anotações, sugerindo que há um acúmulo sendo organizado, enquanto o objeto que justificaria essa preparação permanece fora de cena, suspenso como expectativa, como se o gesto de preparar e de anunciar fosse suficiente para garantir densidade à intervenção, ainda que nada seja efetivamente apresentado ao público naquele instante. Há uma função bastante clara nesse tipo de construção, que consiste em produzir uma atmosfera de antecipação contínua na qual a autoridade não se estabelece pelo que é demonstrado, mas pela ideia de que algo consistente está sendo preparado e será revelado em breve, mantendo o espectador em uma posição de espera que prolonga a centralidade de quem fala mesmo na ausência de conteúdo novo.

Ao expor cadernos, rascunhos e notas, o vídeo encena uma relação com o pensamento que se quer rigorosa e responsável, como se o próprio processo de preparação fosse prova suficiente de profundidade, ainda que esse processo não seja submetido a qualquer forma de verificação pública naquele momento, o que transforma a preparação em espetáculo e a elaboração em um elemento de cena, cuja função principal não é esclarecer um problema, mas sustentar uma imagem de seriedade (que acaba virando uma caricatura). Essa forma de intervenção se articula com uma dinâmica mais ampla das plataformas digitais, na qual a continuidade da presença se torna um fator de peso, fazendo com que o anúncio de um conteúdo futuro adquira valor próprio, funcionando como marcador de atividade e mecanismo de ocupação de espaço em um ambiente onde desaparecer por algum tempo pode significar perder relevância, de modo que falar sobre o que será dito passa a ser uma maneira de permanecer em circulação sem assumir o risco imediato de um enfrentamento mais denso. Há também um efeito de administração do tempo que não pode ser ignorado, já que ao anunciar uma resposta sem realizá-la de imediato se cria uma margem para reorganizar argumentos, testar posições e medir reações, enquanto o debate concreto é mantido em suspenso, o que reduz a pressão por uma resposta direta e permite que a intervenção seja preparada em condições mais controladas, ainda que essa preparação nunca se apresente como tal, mas sempre como promessa.

O que se consolida nesse movimento é uma forma de fala que se sustenta pela sua própria reprodução, na qual o sujeito ocupa o centro e o objeto permanece periférico, e onde a comunicação deixa de ser orientada pela necessidade de esclarecer algo no mundo para se orientar pela necessidade de manter ativa a posição de quem fala, criando um circuito no qual a expectativa substitui a entrega e a antecipação passa a desempenhar o papel que antes caberia à elaboração efetiva. Quando se observa esse tipo de prática em sequência, torna-se possível compreender que o anúncio do vídeo não é um elemento secundário, mas parte integrante de uma lógica em que a autoridade se constrói antes da exposição e independentemente dela, como se a promessa reiterada de uma intervenção futura fosse suficiente para garantir consistência no presente, produzindo uma presença contínua que gira em torno de si mesma e que encontra na própria repetição a condição de sua permanência.

O vídeo de 5 de abril de 2026 aprofunda uma tendência que já vinha se delineando nos anteriores, mas agora de forma mais evidente, pois aquilo que antes aparecia como preparação ou anúncio passa a se apresentar diretamente como conteúdo, ainda que esse conteúdo permaneça rarefeito, difuso, sem ancoragem em um problema determinado. O próprio título já indica essa forma de organização, ao reunir “informes” e “reflexões aleatórias”, o que sinaliza uma recusa de delimitação do objeto e uma disposição para circular por temas amplos sem necessariamente fixar um eixo de análise. A ideia de “misérias e riquezas no seio das esquerdas” carrega, à primeira vista, um potencial crítico relevante, pois aponta para contradições internas, desigualdades de acúmulo, disputas por legitimidade e formas distintas de inserção material. No entanto, esse potencial não se realiza plenamente, porque a formulação permanece no nível da generalidade, sem desdobramento em categorias mais precisas, sem historicização, sem indicação clara de como essas “misérias” e “riquezas” se constituem socialmente. O conceito aparece, mas não se transforma em ferramenta de análise. O que se observa, ao longo do vídeo, é uma continuidade da centralidade do sujeito que fala. As reflexões orbitam sua própria experiência, suas percepções, suas impressões sobre o campo, sem que haja um movimento consistente de objetivação dessas experiências em uma forma teórica mais estruturada. A fala mantém um caráter ensimesmado, no qual o mundo aparece mediado quase exclusivamente pela própria trajetória de quem enuncia. Essa forma de exposição produz um efeito específico. Ao não delimitar com precisão o objeto, ao não construir um argumento com encadeamento rigoroso, a fala se torna difícil de confrontar, pois não há

um ponto definido onde a crítica possa incidir. O discurso se espalha, percorre diferentes temas, retorna a si mesmo, e com isso evita a fixação em um terreno onde posições poderiam ser avaliadas com maior clareza. A ausência de forma mais rígida resulta em dispersão. Há também uma dimensão moral que atravessa o vídeo.

Outro ponto importante é a relação com o tempo da elaboração. Assim como nos vídeos anteriores, há uma valorização do processo reflexivo, da necessidade de pensar, de organizar ideias, mas essa valorização não se traduz em maior densidade conceitual. O tempo aparece como justificativa, mas não como elemento efetivamente incorporado na construção do argumento. Quando esse vídeo é colocado em sequência com os anteriores, torna-se possível perceber uma espécie de estabilização de forma. A fala se organiza em torno de três elementos que se repetem: a centralidade da própria trajetória, a generalização de temas amplos sem aprofundamento categorial e a manutenção de uma expectativa de elaboração mais rigorosa que nunca se concretiza plenamente. O resultado é uma intervenção que se mantém em movimento, mas que não acumula no sentido forte do termo. A reflexão que esse vídeo permite não se limita ao seu conteúdo imediato, mas diz respeito à forma como determinados discursos se sustentam no tempo. A ausência de delimitação precisa, a circulação por temas amplos e a centralidade do sujeito produzem uma fala que resiste à crítica direta, não por sua força, mas por sua indeterminação. Ao mesmo tempo, essa indeterminação impede que a análise avance para níveis mais complexos, mantendo o debate em um patamar em que as categorias permanecem pouco definidas e as contradições aparecem mais como impressões do que como problemas a serem investigados.

O vídeo mais recente, intitulado como uma carta manifesto sobre a inviabilização do trabalho docente, introduz uma inflexão relevante na forma de intervenção, não por romper com a estrutura anterior, mas por deslocar momentaneamente o eixo do conflito para um terreno em que a legitimidade tende a encontrar menor resistência, ao mobilizar a experiência concreta da precarização do trabalho, da violência simbólica em sala de aula e do desgaste cotidiano como fundamento da fala, construindo uma autoridade ancorada na condição de trabalhador diretamente atravessado por essas determinações. No entanto, esse movimento não implica abandono da lógica que vinha sendo construída, pois ao final o anúncio de uma futura refutação reaparece como mecanismo de suspensão do confronto efetivo, mantendo a expectativa em circulação e preservando o controle sobre o tempo da intervenção, ao mesmo tempo em que a escolha pela leitura de um texto, após críticas

anteriores a esse mesmo procedimento, evidencia a instabilidade dos critérios mobilizados, que se reorganizam conforme a posição ocupada no momento. Soma-se a isso a indicação de que o texto será enviado ao Passa Palavra, espaço no qual já venho publicando minhas análises, o que sugere uma tentativa de colocar a disputa num terreno de validação mais estruturado, no qual a consistência argumentativa passa a operar como critério mais exigente, indicando que a disputa deixa de se limitar à circulação no YouTube e passa a incidir também sobre espaços de reconhecimento intelectual no interior do próprio campo. Bom, isso são observações sobre a busca incessante de Josemar em reacender coisas que sinceramente já nem me interessava mais debater publicamente, tanto é que rompemos relações em 2018, haja vista a impossibilidade de construir qualquer coisa coletivamente ou em conjunto com esse sujeito, sempre capcioso e hábil nas manipulações. O que hoje veio parar no youtube, começou em 2011, quando, no ápice das lutas estudantis, muitos confrontos internos aconteceram no interior do movimento estudantil da UFF.

O movimento estudantil da Universidade Federal Fluminense tem longo histórico de lutas. Eu participei de 2011 a 2013 das lutas estudantis. Em 2015 também participei, mas em outro contexto, agora em São Gonçalo, na condição de estudante de mestrado, na Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Entre 2006 e 2011, a Universidade Federal Fluminense se afirma como um espaço de condensação de tensões que extrapolam sua dinâmica interna e expressam uma reconfiguração mais ampla das relações entre Estado, educação, cidade e classes sociais em um momento específico da história brasileira, no qual a expansão do ensino superior convive com a persistência de estruturas profundamente desiguais, fazendo com que a entrada de novos contingentes de estudantes oriundos das camadas populares provoque um alargamento quantitativo da universidade ao mesmo tempo em que intensifica o atrito entre expectativas sociais e as condições materiais concretas que organizam a vida acadêmica. A ampliação do acesso ao ensino superior, impulsionada por políticas federais que buscavam responder a uma demanda histórica por democratização, não foi acompanhada por uma reestruturação equivalente das condições de permanência; a presença de estudantes que dependiam diretamente de moradia, alimentação e transporte passou a tensionar o funcionamento cotidiano da universidade, revelando que a inclusão formal não eliminava as barreiras concretas que atravessam a reprodução da vida, mas antes as reorganizava em um novo patamar de visibilidade e conflito. Nesse contexto, a assistência estudantil deixa de ser

uma dimensão secundária e passa a ocupar o centro da organização política, como expressão imediata da impossibilidade de sustentar a permanência universitária sem intervenção coletiva, fazendo com que a luta por moradia, bolsas e infraestrutura se torne ao mesmo tempo uma luta por sobrevivência e um campo de elaboração política, no qual diferentes concepções de organização, estratégia e horizonte entram em confronto permanente.

A Casa do Estudante, longe de ser apenas um equipamento institucional, assume a forma de território político, onde se materializam disputas que ultrapassam a questão da gestão e alcançam o sentido mais amplo da organização estudantil, pois ali se entrelaçam interesses diversos, formas de atuação distintas e níveis desiguais de elaboração teórica, produzindo um espaço em que a convivência cotidiana se articula com conflitos recorrentes sobre autonomia, representação e mediação. O surgimento do Acampamento Maria Júlia Braga foi uma resposta direta à insuficiência dessas estruturas, que resulta numa experiência que condensa, em escala reduzida e intensificada, as contradições do próprio movimento estudantil, uma vez que a necessidade imediata de garantir abrigo e condições mínimas de existência convive com a tentativa de construir formas coletivas de organização que escapem aos limites das estruturas institucionais, criando uma situação na qual a precariedade material e a experimentação política se entrelaçam de maneira indissociável. A vida no acampamento não pode ser reduzida a uma imagem romantizada de resistência, pois ela envolve um cotidiano atravessado por dificuldades concretas, tensões internas, divergências estratégicas e disputas por direção, ao mesmo tempo em que produz vínculos, aprendizagens e formas de solidariedade que não se realizariam nas condições normais da vida universitária, fazendo com que a experiência se configure como um espaço de formação política cuja intensidade decorre precisamente da ausência de estabilidade.

Ao mesmo tempo, a cidade de Niterói passa por um processo de transformação marcado pela valorização imobiliária e projetos de reconfiguração urbana que buscam reorganizar o espaço em função de interesses econômicos mais amplos, o que coloca a universidade em relação direta com conflitos que extrapolam seus limites institucionais, como no caso das tentativas de intervenção viária que atingiam áreas próximas ao campus e implicavam remoções e alterações significativas na dinâmica local, gerando reações que articulavam estudantes e moradores em torno de interesses convergentes. Esses conflitos evidenciam que a universidade participa ativamente das disputas que definem o uso do

espaço, a circulação de pessoas e a distribuição de recursos. A luta estudantil se insere em um campo mais amplo de enfrentamento que envolve poder público, interesses privados e populações diretamente afetadas, o que amplia o alcance das mobilizações e, ao mesmo tempo, intensifica as pressões sobre os sujeitos envolvidos, envolvendo riscos concretos.

No interior do movimento estudantil, esse período se caracteriza por uma fragmentação que emerge de formas distintas de inserção na realidade, de níveis desiguais de experiência política e de concepções variadas sobre organização, configurando um campo em que correntes marxistas, autonomistas e independentes entram em disputa não apenas por posições formais, mas pela própria definição do que significa atuar politicamente naquele contexto. A inexistência de um programa unificado aponta para a coexistência de referências que nem sempre convergem em termos estratégicos, o que faz com que a prática política seja continuamente atravessada por tensões entre centralização e autonomia, entre mediação institucional e ação direta, representação e auto-organização, configurando um ambiente em que a definição de caminhos se constrói por meio de disputas permanentes e frequentemente inconclusas. As ocupações e manifestações tornam-se formas recorrentes de intervenção, não apenas como instrumentos de pressão sobre a administração universitária, mas como momentos de condensação de forças em que diferentes tendências se encontram, cooperam e entram em conflito, revelando tanto a capacidade de mobilização quanto os limites de articulação do movimento, especialmente quando se trata de transformar ações pontuais em processos duradouros.

A repressão assume formas que atravessam tanto episódios de violência direta quanto um conjunto de mecanismos administrativos, jurídicos e políticos voltados à contenção, ao direcionamento e à neutralização das mobilizações, o que evidencia o funcionamento da universidade, enquanto instituição estatal, segundo uma lógica articulada às formas mais amplas de controle social. Um elemento que ganha relevância crescente nesse período é o uso do audiovisual como ferramenta de intervenção, pois a capacidade de registrar, editar e difundir imagens passa a influenciar diretamente a forma como os acontecimentos são percebidos, tanto interna quanto externamente, criando uma nova dimensão de disputa em que a narrativa dos eventos se torna tão importante quanto os próprios eventos, conferindo poder simbólico àqueles que dominam essa linguagem. A passagem de registros precários para produções mais elaboradas implica uma mudança qualitativa na forma de comunicação do movimento, pois o que antes circulava de maneira limitada passa a alcançar públicos mais amplos, ao mesmo tempo em que a

edição introduz elementos de construção narrativa que podem potencializar ou distorcer determinados aspectos da realidade, tornando o audiovisual um campo estratégico que não se reduz à documentação. Essa mediação envolve escolhas estéticas, recortes e interpretações que influenciam a percepção coletiva, fazendo com que a disputa política se estenda ao plano da representação, onde a imagem produzida pode reforçar determinadas posições e invisibilizar outras, o que exige uma reflexão mais aprofundada sobre o papel da técnica na construção do discurso político. A tensão entre autogestão e formas tradicionais de organização atravessa todo esse período como campo de experimentação e conflito, no qual diferentes práticas são testadas, adaptadas e, em muitos casos, abandonadas diante das dificuldades concretas de sustentar determinadas formas de funcionamento, o que mostra que a afirmação de princípios não elimina os desafios da sua realização prática.

Ao longo desses anos, o movimento estudantil da UFF se configura como um espaço de aprendizagem coletiva que se dá por meio de avanços e recuos, de experiências bem-sucedidas e impasses que permanecem sem solução, fazendo com que o legado desse período não possa ser reduzido a conquistas imediatas, mas deva ser entendido como um conjunto de processos que deixaram marcas na formação política dos envolvidos. O esgotamento parcial desse ciclo não resulta de um único fator, mas de uma combinação de fragmentação interna, dificuldades materiais persistentes e incapacidade de construir sínteses políticas capazes de sustentar a continuidade das mobilizações em um nível mais elevado, o que leva a uma dispersão das energias acumuladas e à permanência de conflitos que reaparecem sob novas formas em momentos posteriores. A memória desse período permanece dispersa, registrada em documentos, vídeos, relatos e experiências individuais que ainda não foram plenamente sistematizados, o que abre um campo de investigação que depende não apenas de pesquisa documental, mas da articulação entre experiência vivida e elaboração teórica, condição necessária para transformar aquilo que foi vivido em objeto de análise capaz de contribuir para a compreensão mais ampla das formas contemporâneas de organização política.

A minha formação política não dependeu somente das salas de aula da universidade federal fluminense, e seria impossível compreendê-la a partir de um percurso acadêmico, como se o conhecimento se constituísse apenas na relação formal com textos, disciplinas e professores, quando, na verdade, aquilo que estruturou a minha compreensão do mundo foi a inserção direta em práticas concretas, em experiências

vividas no interior de contradições reais, como foi o caso da cultura hip hop, do movimento estudantil e do cinema, três espaços distintos que, atravessados pelas mesmas determinações sociais, me colocaram diante de problemas que nenhuma bibliografia isolada daria conta de responder sem o confronto com a realidade. No movimento estudantil, sobretudo, fui atravessado por uma forma de disputa que raramente se resolvia no plano da elaboração rigorosa das ideias, organizando-se antes como uma luta por posições, reconhecimento e legitimidade, na qual a retórica ocupava um lugar central e a autoridade tendia a se afirmar como atributo pessoal, como se determinados sujeitos carregassem em si uma superioridade que os autorizaria a falar acima dos demais, independentemente da consistência efetiva de suas intervenções. Nesse cenário, a figura de Josemar, ainda que se apresente como central em sua própria narrativa, precisa ser situada em um campo mais amplo, marcado pela presença de múltiplos agentes que disputavam de forma concreta os rumos do movimento, tanto no plano das ações quanto das reflexões. Durante o período em que atuei, nomes como Alexandre Archimino, Kiko, Josemar, Fernando Calado, Henrique Giovanini, Peter Pan, Bruno Machado, Diogo Campos e Vinição se destacavam no terreno das ideias, da teoria e do debate qualificado, em um ambiente atravessado por divergências constantes e por uma ausência de consenso que fazia parte da própria dinâmica daquele campo. Paralelamente, havia outros sujeitos cuja presença se afirmava com mais intensidade na ação direta, nas mobilizações e nas iniciativas práticas, compondo uma divisão de papéis que nem sempre era reconhecida de forma explícita, mas que estruturava o funcionamento do coletivo. No que diz respeito ao audiovisual, a responsabilidade recaía, de maneira mais concentrada, sobre mim e Felipe Xavier, que acumulávamos essa função em um momento em que o domínio dessa linguagem começava a adquirir relevância crescente no interior das disputas políticas, influenciando a forma como os acontecimentos eram registrados, interpretados e difundidos.

Josemar começa a se delinear nesse contexto, não apenas como um indivíduo com o qual tive divergências, mas como expressão de uma forma específica de fazer política que se sustenta na desqualificação sistemática do outro como condição de afirmação de si. Desde aquele período, sua intervenção se organizava a partir de um mesmo eixo, repetido com uma regularidade que não pode ser tratada como casual: a necessidade de me situar como um sujeito inferior, medíocre, incapaz, alguém cuja fala deveria ser previamente desconsiderada não pelo que diz, mas por aquilo que supostamente é. Não

se tratava de um enfrentamento de ideias, de um debate em que posições distintas se colocam à prova no interior de um campo comum, mas de uma operação anterior ao próprio debate, que consistia em interditar a possibilidade de interlocução ao produzir uma imagem degradada do outro, uma imagem que deveria funcionar como filtro, bloqueio, como garantia de que nada do que viesse de mim pudesse ser levado a sério.

Essa insistência não pode ser compreendida como mero traço de personalidade ou como excesso retórico de um momento de tensão, pois ela se prolonga no tempo, atravessa diferentes contextos e reaparece, com variações de forma, mas com a mesma estrutura, sempre que minha presença se torna incontornável. A questão é uma relação com a política profundamente marcada pela necessidade de hierarquização, pela construção de uma posição superior que só se sustenta à medida que consegue produzir, simultaneamente, um outro inferiorizado, um outro que encarne tudo aquilo que deve ser negado para que a própria identidade se mantenha coesa. Há um elemento que agrava essa dinâmica; a ausência de produção efetiva por parte de Josemar, a incapacidade de levar adiante projetos que ultrapassem o plano da intenção, a recorrência de iniciativas que se anunciam como promissoras, mas que não se concretizam, seja no campo da música, com a tentativa frustrada de uma banda que não deixou registro algum, seja no cinema, com projetos que permanecem no nível da ideia, como um suposto filme sobre a reificação em Lukács que nunca se materializou, seja ainda na produção teórica, marcada por uma ausência quase absoluta de textos, artigos ou intervenções consistentes. O que se apresenta, em lugar disso, é um discurso que orbita em torno da própria vida, de experiências pessoais narradas como se constituíssem, por si mesmas, um capital político suficiente para sustentar uma posição de superioridade.

Essa combinação entre ausência de produção e afirmação de superioridade pode ser compreendida à luz de uma crítica mais ampla das formas de sociabilidade que atravessam o campo político contemporâneo. Quando a prática não se consolida como base material da autoridade, quando não há obra, intervenção, elaboração que possa sustentar uma posição, a disputa tende a ser transferida para o plano simbólico, onde a hierarquia pode ser afirmada por meio da linguagem, performance, da construção de imagens. A desqualificação do outro passa a cumprir uma função central nesse processo, operando como substituto daquilo que não se consegue produzir. Essa necessidade de anular o outro para se afirmar remete a um mecanismo de defesa que envolve a preservação de uma autoimagem ameaçada. A presença de alguém que produz, que

organiza sua prática, que intervém de forma continuada, pode ser vista como ameaça à coerência interna de um sujeito que não consegue realizar aquilo que projeta para si. A solução encontrada não é a elaboração dessa tensão, mas a sua externalização: o outro é reduzido, ridicularizado, esvaziado, transformado em caricatura, de modo que sua existência deixe de representar um problema. A repetição obsessiva de qualificações negativas (medíocre, raso, incapaz) revela a necessidade de quem as enuncia de reafirmar, a cada momento, uma superioridade que não encontra sustentação na realidade.

Essa leitura ganha densidade quando articulada com a tradição marxista, especialmente com as reflexões dos comunistas de conselho sobre a crítica às formas de autoridade que se separam da prática coletiva. O que se observa na postura de Josemar é a reprodução, em escala reduzida, de uma lógica que essa tradição combateu com rigor, a ideia de que alguns indivíduos estariam naturalmente aptos a dirigir, a julgar, a se colocar acima dos demais, independentemente de sua inserção concreta nos processos de produção e luta. Ainda que não haja uma organização formal que institua essa divisão, o gesto é falar de cima, estabelecer critérios de valor a partir de si, reduzir o outro a uma posição subalterna. O mais significativo, no entanto, é que essa operação só se mantém enquanto consegue transferir o centro da discussão, afastando-o do terreno onde as coisas poderiam ser efetivamente avaliadas (o da produção, da teoria, da prática) e conduzindo-o para um campo onde o que está em questão são imagens, reputações, performances. Ao insistir em me caracterizar como um sujeito pequeno, limitado, indigno, Josemar tenta produzir um efeito de nulidade que preceda qualquer análise do que faço ou penso, como se fosse possível invalidar uma trajetória por meio de adjetivos reiterados.

A questão que se coloca, portanto, não é a de responder a essa desqualificação no mesmo registro, mas a de compreender o tipo de relação política que ela expressa e as condições que a tornam possível. Ele apresenta uma forma de fazer política que prescinde da elaboração, que substitui o debate pela ridicularização e que encontra na negação do outro o seu principal recurso de afirmação. Enfrentar isso exige recolocar a discussão em seu devido lugar, reconectando-a com a prática, produção, com aquilo que efetivamente se realiza, pois é nesse terreno que as posições podem ser avaliadas com algum grau de objetividade. É a partir dessa reconexão que a operação perde sua eficácia, pois deixa de encontrar o ambiente em que se alimenta. A imagem construída, repetida, amplificada, entra em choque com uma realidade que não pode ser reduzida a ela, e é nesse

descompasso que se revela o caráter frágil de uma posição que precisa, a todo momento, reafirmar-se pela negação do outro para não se dissolver.

Esse movimento se articula diretamente com a lógica da concorrência por reconhecimento que atravessa o campo político contemporâneo, mesmo em espaços que se pretendem críticos, onde a escassez de legitimidade, visibilidade e validação intensifica a disputa entre indivíduos que, incapazes de se afirmar por aquilo que produzem, passam a disputar posições por meio da desqualificação recíproca, transformando o outro em obstáculo a ser removido e não em interlocutor a ser enfrentado, de modo que a luta deixa de se orientar pela construção coletiva e passa a operar como competição por prestígio, numa dinâmica que ecoa, em escala subjetiva, as formas concorrenciais do próprio capitalismo; nesse contexto, a insistência em me reduzir a um sujeito menor, indigno ou inexistente não pode ser dissociada dessa economia do reconhecimento, pois ela funciona como tentativa de monopolizar um lugar de autoridade mediante a eliminação de quem poderia disputar esse espaço, o que revela, ao mesmo tempo, a fragilidade dessa posição, já que ela depende continuamente da negação do outro para se manter, e também seu limite político, uma vez que anula a discussão no terreno onde as práticas podem ser avaliadas, onde a produção, a teoria e a intervenção efetiva impõem critérios que não podem ser manipulados à vontade, para um plano imagético onde a hierarquia precisa ser incessantemente encenada, sendo precisamente nesse ponto que a crítica reencontra sua força, ao recolocar a disputa na materialidade das relações sociais e ao expor o descompasso entre a intensidade da autoproclamação e a rarefação daquilo que efetivamente se realiza.

O cenário no qual determinadas formas de intervenção ganham força não pode ser compreendido a partir de indivíduos isolados, mas a partir de transformações mais amplas que atravessam o campo político. Entre essas transformações, uma das mais relevantes é o enfraquecimento das formas coletivas que, em outros momentos históricos, funcionavam como mediações relativamente estáveis entre experiência, teoria e prática. Partidos, sindicatos, organizações de base, espaços contínuos de formação, todas essas estruturas operavam como instâncias que organizavam o conflito, estabeleciam critérios de elaboração e produziam algum grau de continuidade histórica. O seu esvaziamento não significa o desaparecimento da política, mas a sua reorganização em condições mais dispersas, nas quais a experiência tende a aparecer de forma fragmentada, sem dispositivos capazes de integrá-la em uma totalidade inteligível. Esse processo

acompanha transformações estruturais do capitalismo nas últimas décadas, marcadas pela reconfiguração do trabalho, pela intensificação da precariedade, dissolução de vínculos duradouros e ampliação de formas de sociabilidade mediadas por plataformas digitais. A política, inserida nesse contexto, perde parte de sua materialidade organizada e passa a se expressar de maneira mais difusa, muitas vezes sem continuidade entre momentos de mobilização. A memória das lutas deixa de se sedimentar em instituições e passa a circular como fragmentos, registros, narrativas dispersas. O que antes se acumulava tende agora a se dissipar. Nesse ambiente, a fragmentação da esquerda assume um caráter específico. A multiplicidade de tendências sempre existiu, mas em outros momentos ela se articulava, ainda que de forma conflitiva, em torno de referências mais amplas, de debates estruturantes, de organizações que funcionavam como polos de atração e de disputa. Hoje, essa pluralidade se apresenta frequentemente como dispersão. As diferentes posições coexistem sem necessariamente se confrontarem em um terreno comum, o que dificulta a produção de sínteses, mesmo que provisórias. A divergência deixa de ser momento de elaboração e passa a operar como linha de separação que raramente é atravessada. Essa fragmentação não se limita ao plano organizativo; incide diretamente sobre os critérios pelos quais as posições são avaliadas. Em contextos onde existem instâncias reconhecidas de mediação como espaços de formação, publicações, debates estruturados, a validade de uma ideia pode ser discutida a partir de parâmetros relativamente compartilhados. Quando essas instâncias se enfraquecem, esses parâmetros tendem a se dissolver. A consequência é a ausência de critérios comuns de verdade, não no sentido filosófico abstrato, mas no plano prático da discussão política.

Essa ausência abre espaço para que cada posição opere a partir de seus próprios critérios, muitas vezes implícitos, raramente explicitados e dificilmente compartilhados. A discussão não é mais organizada em torno de referências comuns e passa a se desenvolver como justaposição de perspectivas que não se encontram. A validade de uma crítica, por exemplo, pode passar a depender da forma como ela é recebida por quem a escuta, e não da sua capacidade de apreender processos reais. A sensibilidade individual ganha centralidade, enquanto a mediação conceitual perde terreno. Nesse quadro, a substituição de organização por performance se torna mais inteligível. Quando as formas coletivas perdem densidade e os critérios de validação se fragilizam, a intervenção política tende a buscar outras formas de eficácia. A visibilidade, a capacidade de mobilizar atenção, a construção de uma presença reconhecível passam a desempenhar um papel que

antes era exercido por estruturas mais estáveis. A fala pública se torna um espaço privilegiado de atuação, não apenas como meio de expressão, mas como forma de existência política. A performance envolve a modulação da voz, o ritmo da fala, a construção de uma imagem, a capacidade de produzir impacto imediato e a elaboração, quando existe, tende a ser subordinada à sua capacidade de circular, de ser reconhecida, de gerar efeitos rápidos o que altera a natureza do conflito, pois em vez de se organizar em torno de processos mais longos de elaboração, ele passa a se manifestar em intervenções pontuais, muitas vezes desconectadas entre si, nas quais a afirmação de uma posição depende, em grande medida, da sua capacidade de se impor naquele momento específico. A continuidade, que exigiria organização, cede lugar à repetição de aparições. A reação tende a se orientar menos pelo conteúdo do que pela necessidade de preservar uma imagem. A crítica, ao incidir sobre essa imagem, pode ser rapidamente reinterpretada como ataque pessoal. Esse conjunto de determinações torna essas tarefas mais complexas, exige a reconstrução de mediações que não estão mais dadas, a produção de critérios que não podem ser simplesmente herdados, a capacidade de sustentar processos mais longos em um ambiente que favorece a imediaticidade. Ao mesmo tempo, exige reconhecer que as formas degradadas de debate não são apenas desvios individuais, mas expressões dessas condições mais amplas. Pensar a política nesse cenário implica, portanto, recolocar a questão da forma em um sentido mais rigoroso. Não apenas a forma da fala ou da imagem, mas a forma das relações que permitem que a fala e a imagem adquiram sentido. Sem isso, a tendência é que o conflito permaneça no nível da superfície, reproduzindo indefinidamente os mesmos padrões, enquanto as condições que os tornam possíveis permanecem intocada.

Arthur Moura